

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 6 a 10 de abril de 2015, em Brasília.

## 15 DIAS DECISIVOS

**A comissão que vai analisar as MPVs 664 e 665, as do ajuste fiscal, começam a andar nesta semana.** Sua aprovação será o teste de fogo para o governo Dilma saber qual a sua base mais firme. Caso as medidas de ajuste fiscal sejam aprovadas, mesmo que com concessões, serão celebradas como uma importante vitória do Governo em tempos tão difíceis.

**Apesar das concessões, o esforço fiscal do governo não ficará comprometido.** Porque estas concessões serão compensadas pelo contingenciamento que o governo deve anunciar nos próximos 30 dias. O corte será maior ou menor, em função do tamanho do ajuste.

**Mas desde já, no que se refere aos gastos de custeio, controlados pelos Ministros, está havendo um verdadeiro arrocho.** As medidas baixadas pelo governo, nos últimos dois anos, para evitar demissões, estão sendo revistas e causando grande polêmica.

**A realidade é, e continuará sendo adversa, devido ao caso Petrobras, mas aprovado o ajuste, o governo Dilma poderá respirar.** A prioridade estabelecida em torno do ajuste gera desgastes, até mesmo dentro do PT, sobre a Presidente e seus Ministros. Se aprovada, demonstrará não apenas força do Palácio, mas a competência de sua articulação política.

## Poder Executivo

|   |   |
|---|---|
| Presidência da República                  | A presidente <b>Dilma Rousseff</b> iniciou o dia de hoje (6) em reunião de coordenação política no Palácio do Planalto. Na sequência, deu posse ao novo ministro da Educação, <b>Renato Janine Ribeiro</b> . Na sexta (10), a presidente deverá realizar reunião bilateral com o presidente <b>Barack Obama</b> (EUA), durante a <u>7ª Cúpula das Américas</u> , no Panamá. |
| Vice-Presidência                          | O vice-presidente <b>Michel Temer</b> compôs a comitiva presidencial que compareceu à Cerimônia de posse do novo ministro <b>Renato Janine Ribeiro</b> (Educação). Amanhã (7), Temer participa de Audiência Pública sobre <u>novo sistema político</u> na Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados.  |
| Casa Civil                                | O ministro <b>Aloizio Mercadante</b> se reuniu hoje (6) com a presidente <b>Dilma Rousseff</b> , compareceu à posse do novo ministro, e no fim da tarde recebe o ministro <b>Helder Barbalho</b> (Pesca).   |
| Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) | O ministro <b>Mangabeira Unger</b> se reuniu pela manhã desta segunda (6) com os diretores do Banco do Brasil, <b>Adilson Anísio</b> e <b>Paulo Guimarães</b> . Ele recebeu também um dos diretores do FINEP e o presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento do BNDES, <b>Ricardo Paes de Barros</b> .   |
| Secretaria de Aviação Civil (SAC)         | O ministro <b>Eliseu Padilha</b> recebeu nesta segunda (6) o governador <b>Flávio Dino</b> (Maranhão) e seguiu para Goiânia/GO onde participou da visita ao terminal do aeroporto da região. Ele se reuniu ainda com representante Embry-Riddle Aeronautical University, <b>Fábio Campos</b> .  |
| Secretaria da Micro e                     | O ministro <b>Guilherme Afif</b> cumpriu hoje (6) agenda em São Paulo/SP,   |

|  |  |
|--|--|
| Pequena Empresa (SMPE)   | <p>onde se reuniu com o presidente da FIESP, <b>Paulo Skaf</b>, e esteve presente em reunião com representantes da Fenabreve.</p> <p>Acontece nos dias 9 e 10 o <b>seminário Brasil Mais Simples 2015</b>, evento organizado pelo Sebrae e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República e que contará com a presença de diversos órgãos públicos da União, estados e municípios.</p>  |
| Secretaria de Relações Institucionais (SRI)                          | <p>O ministro <b>Pepe Vargas</b> participou nesta segunda (30) pela manhã do <u>Foro Consultivo de Cidades e regiões do Mercosul</u>.</p>  |
| <b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</b>           | <p>O ministro <b>Aldo Rebelo</b> participa nesta terça (7) de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, onde serão apresentadas aos parlamentares agendas e prioridades da pasta para o biênio 2015-2016.</p> <p>O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do ministério envia representantes à Moscou (Rússia) para participar da <u>16ª Conferência Acadêmica Internacional sobre Desenvolvimento Econômico e Social</u>, o evento acontece durante toda a semana.</p>   |
| Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) | <p>Representante do Instituto cumpre agenda internacional esta semana indo a Washington (EUA) para participar do <u>Fórum da Fundação Bill e Melinda Gates</u> e seus parceiros <b>Grand Challenges</b>, tendo com objetivos compartilhar e buscar soluções voltadas para a saúde global e o desenvolvimento da inovação, além de promover a colaboração científica entre grupos internacionais e pesquisadores.</p>   |
| <b>Ministério da Fazenda (MFaz)</b>                                  | <p>O ministro <b>Joaquim Levy</b> participou nesta segunda (6) da Cerimônia de Posse do novo ministro da Educação e realiza reuniões internas com os secretários da pasta. Ele deve ainda se reunir com o senador <b>Romero Jucá</b> (PMDB-RR) para discutir a <u>mudança do indexador de dívidas de Estados e municípios</u>.</p> <p>O secretário de Acompanhamento Econômico, <b>Paulo Guilherme Farah Corrêa</b>, se reúne hoje (6) com representantes do Banco do Brasil. Já o secretário de Assuntos Internacionais, <b>Luis Antonio Balduino Carneiro</b>, participa de duas reuniões, a primeira sobre <u>Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)</u> e a segunda sobre a <u>renovação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)</u>.</p> <p>O secretário da Receita Federal, <b>Jorge Rachid</b>, concentra sua agenda hoje na <u>Audiência SINDIFISCO</u> Nacional que acontece na sede do ministério.</p> <p>Representantes do Ministério cumprem agenda internacional indo a Ciudad del Este (Paraguai) em razão da <u>Reunião Bilateral Brasil – Paraguai</u>, marcada para esta semana.</p> |
| Banco Central do Brasil (BACEN)                                      | <p>O presidente <b>Alexandre Tombini</b> e os diretores do BACEN concentram hoje (6) sua agenda em atividades de trabalho em Brasília/DF, sem compromisso público.</p>   |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>O <b>Boletim Focus</b> divulgado hoje (6) manteve a previsão de encerramento da Selic de 13%, que vinha se sustentando há semanas, em <u>13,25%</u> ao ano no fim de 2015. Já a projeção para o crescimento da economia também se mantém pessimista, a nova expectativa mostra retração de 1,01%. Esse resultado se dará, de acordo com a publicação, em razão da retração prevista de 2,64% na produção industrial. A taxa de câmbio estimada para dezembro de 2015 ficará em R\$ 3,25 e no setor externo, melhorou a estimativa para o déficit em conta-corrente: passou para US\$ <u>77 bilhões</u>, com a melhora na projeção do saldo na balança comercial, agora em US\$ 4,02 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos esperados chegarão a US\$ 56 bilhões.</p> <p>Representantes do Banco cumprem agenda internacional esta semana indo a Santa Clara (EUA) para participar da <u>Data Storage Innovation Conference (DSI)</u>, promovido pela <b>Storage Networking</b>; a Madri (Espanha) para o <u>Seminário de Bancos Centrais e Governança 2015</u>, promovido pelo <b>Banco de España</b>; e a Santiago (Chile) para participar da <u>XI Reunião de Administração de Reservas Internacionais</u>, promovida pelo <b>Centro de Estudos Monetários Latinoamericanos (CEMLA)</b>.</p> <p>Encerra hoje às 18h o prazo para a entrega da <b>Declaração Anual de Capitais Brasileiros no Exterior relativa a 2014</b>.</p> |
| <p><b>Ministério da Justiça (MJ)</b></p>  | <p>O ministro <b>José Eduardo Cardozo</b> concentrou hoje (6) sua agenda em reuniões internas.</p> <p>Já o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor, <b>Amaury Martins de Oliva</b>, participa de reunião com a diretora da Empresa Crefisa, <b>Celita Rosenthal</b>; e a presidente, <b>Leila Mejdalani Pereiran</b>, para debater temas afetos aos direitos do consumidor.</p>   |
| <p><b>Ministério das Cidades (MCid)</b></p>   | <p>O ministro <b>Gilberto Kassab</b> entrega nesta segunda (6), 400 casas populares do empreendimento Brisas do Mar, em Mucuri/BA. Comparecem também ao evento de inauguração, o governador da Bahia, <b>Rui Costa</b>, o prefeito de Mucuri, <b>Paulinho de Tixa</b>, e representantes da CAIXA.</p>   |
| <p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b></p> <p>Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)</p> | <p>O ministro <b>Eduardo Braga</b> recebe hoje (6) em seu gabinete o governador <b>Flávio Dino</b> (Maranhão). Na quarta (8), o ministro compare ao Senado Federal para participar de <u>Audiência Pública na Comissão de Infraestrutura – CI</u>, para tratar de temas afetos a pasta.</p> <p>O diretor-geral <b>Romeu Donizete Rufino</b> participa amanhã (7) da <u>11ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria</u>, que nesta edição não terá participantes externos. Na quarta (8) ele participa de reunião sobre <u>Recomposição do prazo de autorização de PCH's</u>, com representantes do MME, ONS, EPE e demais participantes do Comitê.</p>   |
| <p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio</b></p>                                     | <p>Representantes do Ministério cumprem agenda internacional esta semana indo a Santiago (Chile) para participar da <b>Missão Empresarial Brasil-Chile</b>. Também comparecem à Missão representantes da <u>Confederação</u></p>  |

## Exterior (MDIC)

Nacional da Indústria (CNI), da Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), e da Sociedade de Fomento Fabril do Chile (SOFOFA).

Representante da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC) cumpre agenda internacional esta semana indo a Nova Délhi (Índia) para apresentação da prática brasileira em relação às medidas antidumping e de salvaguardas, na Conferência Internacional de Medidas de Defesa Comercial promovida pelo **Indian Institute of Foreign Trade**.

## Ministério do Meio Ambiente (MMA)

A ministra **Izabella Teixeira** concentra sua agenda hoje (6) em despachos com os secretários da pasta.

Já o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, **Ney Maranhão** participa de reunião com reunião com **Heliana Kátia Campos**, diretora Geral do Serviço Urbana do Distrito Federal, para falar da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do DF, também participa da reunião **Zilda Veloso** e **Silvano Silvério**, diretores do SLU.

## Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

O ministro **Manoel Dias** cumpriu hoje (6) agenda em Florianópolis/SC pela manhã se reuniu com **Roni Angelo Ferrari**, presidente do Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional (SECRASO/RS).

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

O ministro **Nelson Barbosa** nesta segunda (6) recebeu em seu gabinete o diretor presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), **Marcelo Guarany**s, e representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), **Alessandro Teixeira**. Ademais, se reúne no fim da tarde com o senador **Romero Jucá** (PMDB-RR).

O Ministério em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) realizarão, nesta terça (7), a solenidade de premiação do **19º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal**. Na ocasião, será anunciada a classificação das 10 iniciativas vencedoras e os prêmios a elas atribuídos, além do lançamento da 20ª edição do Concurso.

## Ministério dos Transportes (MTrans)

O ministro **Antonio Carlos Rodrigues** recebeu nesta segunda (6) o embaixador dos Países Baixos no Brasil, **Han Peters**.

Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT)

Nesta segunda (6), as diretorias de Planejamento e Pesquisa; Infraestrutura Aquaviária; Infraestrutura Rodoviária e Ferroviária, realizam reunião interna para discutir temas afetos a pasta.

## Poder Legislativo

## Congresso Nacional Comissões Mistas sobre

O Congresso realiza nesta semana reuniões de cinco Comissões destinadas a apreciação de Medidas Provisórias. Amanhã (7), os

**Medidas Provisórias  
(CMMP)**

parlamentares se reúnem para nova tentativa de votação do parecer do relator da **MPV 661/13**, que autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a destinar superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional à cobertura de despesas primárias obrigatórias.

As Comissões da **MPV 664/15** e da **MPV 665/15**, que alteram a concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários, promovem **audiências públicas** com entidades laborais na tarde desta terça (7) e quarta (8). Na quinta (9), as Comissões realizam **audiência pública** conjunta com a presença dos ministros **Nelson Barbosa** (Planejamento), **Carlos Eduardo Gabas** (Previdência), **Manoel Dias** (Trabalho), **Miguel Rossetto** (Secretaria-Geral) e **Helder Barbalho** (Pesca).

Ainda em fase inicial de seus trabalhos, a Comissão da **MPV 668/15**, que dispõe sobre a elevação das alíquotas PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação, realiza **audiência pública** nesta quarta (8) com a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Associação Brasileira da Infraestrutura e da Indústria de Base (ABDIB); e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Também na quarta (8), será realizada reunião da **MPV 663/14**, que dispõe sobre financiamentos subvencionados para aquisição de bens de capital e à inovação.

**Câmara dos Deputados  
Plenário**

O destaque na votação da votação desta semana é o **PL 4330/04**, que regulamenta a terceirização. Objeto de intensas negociações nos últimos meses, o projeto pode ser incluído já na sessão desta terça (7). Todavia, há risco de que a votação de projetos no Plenário da Casa seja comprometida caso a **MPV 661/14** venha a ser aprovada pela comissão especial destinada a sua apreciação na manhã desta terça, tendo em vista que o projeto passaria a trancar a pauta do Plenário.

## Judiciário

**STF julgará incidência da contribuição ao Senar sobre receita bruta.** O Supremo Tribunal Federal (STF) irá analisar a constitucionalidade da incidência da contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), cobrada sobre a receita bruta do produtor rural pessoa física, com alíquota de 0,2%. O tema teve repercussão geral reconhecida por maioria de votos, e será apreciado no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 816830, de relatoria do ministro Dias Toffoli. No recurso, um produtor rural questiona o fato de a contribuição ao Senar incidir sobre a receita bruta, enquanto que a contribuição a outros integrantes do sistema “S” – como o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) – é cobrada sobre a folha de salários. A incidência da contribuição ao Senar afrontaria, segundo o pedido, o artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que prevê a criação do Senar nos moldes da legislação relativa ao Sesc e Senai. A base de cálculo ao Senar foi instituída inicialmente como sendo a folha de salários, segundo a Lei 8.315/1991, base substituída pela receita bruta com a edição da Lei 8.540/1992. O ministro Dias Toffoli reconheceu que o tema precisa ser analisado pelo STF, ainda que haja precedentes sobre o assunto na casa. “Evidencia-se a necessidade de se enfrentar o tema de fundo. A matéria transcende o interesse subjetivo das partes e possui grande densidade constitucional, estando, portanto, caracterizada a repercussão geral do tema, notadamente em seus aspectos jurídicos, econômicos e sociais.”

## Política

**PT declara apoio a atos de sindicatos nesta terça contra a terceirização.** Sob orientação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a cúpula do PT declarou apoio à série de manifestações organizadas por centrais sindicais e movimentos sociais nesta terça (7) no país. O Planalto, por sua vez, vai monitorar o alcance dos atos à distância, admitindo nos bastidores que a maior preocupação será com os protestos de domingo, dia 12, contra o governo Dilma Rousseff. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e outras centrais sindicais e movimentos sociais vão às ruas em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba e Salvador, entre outras capitais, para protestar contra a aprovação do PL 4330, que regulamenta a terceirização em contratos de trabalho. No Rio, ainda não há local nem horário para os atos, que são também em defesa da democracia, da Petrobras e dos direitos dos trabalhadores. Durante as manifestações de 13 de março, também organizadas pela CUT e outras entidades, os petistas preferiram não declarar apoio oficial aos protestos, que eram críticos ao ajuste fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Com isso, argumentavam dirigentes do partido, evitariam qualquer tipo de constrangimento. A CUT defende o projeto de lei apresentado pelo deputado Vicentinho (PT), que propõe a regulamentação da terceirização desde que haja igualdade de direitos entre funcionários efetivos e terceirizados, além da proibição da terceirização na atividade fim e da responsabilização da empresa tomadora de serviços quando a terceirizada deixar de cumprir normas.

## Último Foco

**Preço médio de imóveis sobe 0,14% em março, diz FipeZap.** O preço médio do metro quadrado dos imóveis anunciados em 20 cidades brasileiras teve alta de 0,14 por cento em março em relação a fevereiro, resultado abaixo da inflação pelo quinto mês seguido, de acordo com o índice FipeZap Ampliado divulgado nesta quinta-feira. Em relação a março de 2014, o aumento foi de 5,34 por cento. Em ambos os casos, os aumentos registrados foram menores do que a inflação verificada pelo IPCA-15, a prévia da inflação oficial do país, que acelerou a alta a 1,33 por cento em fevereiro, acumulando 7,90 por cento em 12 meses, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Perdemos dinamismo na economia de forma rápida e muito acentuada... É natural que a demanda pelo mercado imobiliário continue caindo, com o aumento dos estoques e queda de preços", disse à Reuters o coordenador do índice, Eduardo Zylberstajn. Entre as cidades pesquisadas, o Rio de Janeiro mostrou estabilidade de preços na comparação mensal, ante alta de 0,31 por cento em fevereiro sobre janeiro. Em São Paulo, houve aumento mensal de 0,53 por cento em março. Os maiores avanços foram registrados em Florianópolis (+2,06 por cento) e Porto Alegre (+1,2 por cento). O preço médio do metro quadrado nas 20 cidades pesquisadas foi de 7.491 reais. No Rio de Janeiro, o valor continua sendo o mais alto do país, de 10.650 reais, seguido por São Paulo (8.538 reais). Contagem (3.414 reais) e Goiânia (4.017 reais) registraram os valores mais baixos.

**Vendas de casas e apartamentos têm queda de 27,17% no interior de SP.** As vendas de casas e apartamentos usados em cidades do interior de São Paulo registraram queda de 27,17% em janeiro, em comparação com dezembro. Já as locações tiveram aumento de 24,63%, conforme pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Crecisp) em 37 cidades, sendo 18 do interior, entre elas Sorocaba. A procura pelo aluguel é motivada pela supervalorização, nos últimos anos, dos imóveis - tanto os novos como os usados. Em Sorocaba, conforme os dados divulgados, o preço médio de residências à venda é de R\$ 320 mil, já os apartamentos estão em média R\$ 175 mil, em ambos os casos com três dormitórios e situados em bairros mais centrais da cidade. Os aluguéis de apartamentos estão entre R\$ 700 e R\$ 950 e de casas entre R\$ 900 e R\$ 1.100, nos dois casos com dois dormitórios, que são os mais procurados. De acordo com Iwao Kawaye, delegado interino do Creci em Sorocaba, os dados divulgados não são tão precisos. Iwao ainda afirma que para se ter uma ideia com clareza sobre como será o mercado imobiliário este ano, o ideal seria aguardar os dados de março e abril. Isso porque conforme o delegado do Creci, dezembro é um mês atípico para ser comparado com janeiro. Já fevereiro, como tem dias a menos e ainda Carnaval, também dificulta a análise.

**Trabalhadores da indústria de SP aprovam terceirização, diz Fiesp.** A terceirização é aprovada por 83,8% dos trabalhadores e por 92,1% das indústrias do Estado de São Paulo, diz pesquisa encomendada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O estudo ouviu 800 trabalhadores e 235 indústrias de diferentes portes e segmentos em abril pelo Instituto GPP. Para Paulo Skaf, presidente da Fiesp, o resultado é "surpreendente". De acordo com Skaf, a mistificação de que a terceirização retira direitos trabalhistas impede que três milhões de empregos sejam gerados no país. "Temos estudos apontando que a aprovação da lei geraria 700 mil empregos em São Paulo. Como o Estado corresponde a mais de 20% dos empregos do país, podemos fazer essa estimativa de três milhões de empregos", diz. Um projeto de lei sobre terceirização deve ser votado amanhã na Câmara dos Deputados. Segundo o presidente da Fiesp, a regulamentação da terceirização é necessária para dar "segurança jurídica" às empresas.

**Participação relativa do setor privado na infraestrutura vem caindo desde 2012.** Ainda não é possível saber como se comportaram os investimentos em infraestrutura em 2014, ano em que a combinação entre estagnação econômica e Lava-Jato começou a se desenhar. Dados mais recentes da ABDIB, que vão até 2013, já indicam que, como proporção do total, o investimento privado perdeu força no primeiro mandato de Dilma: correspondia a 40% do total em infraestrutura em 2011; caiu para 39% em 2012, chegando a 38% em 2013. O percentual mais alto foi registrado em 2004, quando o investimento privado ficou com 50% do total. A despeito das inúmeras demandas para que a segunda rodada de concessões possa deslanchar no segundo mandato, investimentos em infraestrutura vêm subindo nos últimos dez anos - com destaque para os privados. A preços de 2013, a média de investimentos privados durante o primeiro governo Dilma chega a R\$ 82,5 bilhões, 38% acima da média de quase R\$ 60 bilhões do segundo governo Lula e mais do que o dobro da primeira gestão petista.

**Concessões podem injetar R\$ 51 bilhões na economia.** Se o investimento em infraestrutura e logística é um dos três eixos dos quais depende a retomada do crescimento como tem dito Joaquim Levy em suas apresentações mais recentes, tirá-lo do papel nunca dependeu tanto das sinalizações dadas pelo próprio governo. Pelo menos R\$ 51 bilhões podem ser despejados na economia nos próximos anos se o programa de concessões for levado adiante, mas o balanço de riscos mudou. Na avaliação de especialistas, a forma como as incertezas econômicas podem atingir a expectativa de retorno do investidor ocupa hoje o centro das preocupações - à frente da operação Lava-Jato ou de questões regulatórias. Para eles, a habilidade de Levy e sua turma de equacionar a questão fiscal, a convergência da inflação para o centro da meta e a queda da curva longa de juros deve fazer a diferença entre um quadro de alguns poucos leilões de sucesso - como a Ponte Rio-Niterói, leiloada em meados de março - e a retomada de um programa mais robusto.

**Desonerar foi caro e pouco eficiente, diz Fazenda.** A Secretária de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda apresentou estudo sobre a desoneração da folha de pagamento que reafirma a avaliação já feita pelo ministro Joaquim Levy de que o programa é caro, pouco eficiente e precisa ser reavaliado. O estudo aponta que o custo das desonerações foi de aproximadamente R\$ 20,7 bilhões em 2014. "Em suma, a política de desoneração da folha de pagamentos conseguiu, em certa medida, alcançar seus objetivos em um ambiente econômico muito específico criado pelas políticas anticíclicas das grandes economias, mas tornou-se excessivamente oneroso ao longo do tempo. O modelo adotado no Brasil, com renúncia fiscal e sem foco na competitividade externa, apresentou, segundo a maior parte dos estudos, um custo de oportunidade social elevado", diz a nota de análise sobre a desoneração da folha. "Em outras palavras, ele não teve grande capacidade de geração de emprego, até pelo aquecimento do mercado de trabalho, que tendia a transformar em pressão salarial o aumento de demanda causado pela expansão fiscal subjacente à renúncia tributária embutida no programa", avalia o documento. "No novo ambiente de maior competitividade externa do Brasil e restrição orçamentária para se alcançar o equilíbrio fiscal indispensável para estimular o investimento e o crescimento econômico sustentável, esses fatores militam, portanto, pelo redimensionamento da política de desoneração da folha", conclui o texto.